

Organização dos Produtores e Ação Coletiva: Sistematização e Análise de Estudos de Caso no Nordeste Brasileiro

Eric Sabourin¹

Introdução

No Sertão nordestino, mudança técnica e mudança social estão estreitamente associadas ao processo de organização dos atores locais e, no caso, aos agricultores familiares.

A criação de cooperativas e de associações de pequenos produtores é recente. Teve início nos anos 80, na continuidade da organização das comunidades de base pela Igreja Católica, com a intervenção do Estado, por intermédio dos programas especiais de luta contra a seca: Pólo-Nordeste, Projeto São Vicente, Projeto Sertanejo e, finalmente, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Papp), co-financiado pelo Governo brasileiro e pelo Banco Mundial. Uma das principais linhas desses projetos foi a "participação" da população rural por meio da criação de organizações de agricultores. Estas deveriam facilitar o acesso dos "pequenos produtores" à extensão, ao crédito e aos investimentos comunitários. Novas formas de organização voluntária, promovidas em parte pela intervenção externa, foram se agregando às formas preexistentes de organização rural nordestina.

Após apresentar o quadro de análise, a segunda parte do texto trata da diversidade e da evolução das principais formas de organização social e econômica da agricultura familiar nordestina a partir do estudo dos fenô-

¹ Sociólogo e Engenheiro Agrônomo, Técnico da Cooperação Francesa Cirad-Tera/Embrapa Semi-Árido.

menos da ação coletiva. Na terceira parte, examina-se a identificação de cadeias de evolução das organizações de produtores.

Ação Coletiva e Organização dos Produtores: Referências e Estudos de Caso

Um marco de análise

As mudanças sociais e técnicas não dependem unicamente das organizações formais mas também das relações interpessoais, que completam o papel de interface entre a sociedade local e a sociedade global e o mundo externo (Berthomé & Mercoiret, 1997). Como afirmam Crozier & Friedberg (1977), "a organização é um processo de criação coletiva por meio do qual os membros de uma coletividade aprendem juntos, ou seja, inventam e fixam juntos novas maneiras de jogar os jogos sociais da cooperação e do conflito e adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes".

O conjunto dessas organizações é fundado sobre diversas formas de ação coletiva, sobre processos de cooperação e de coordenação entre atores, em particular entre agricultores. A ação coletiva foi definida por Olson (1978) como a "ação de um grupo, motivado por um objetivo comum, para produzir um bem coletivo". Essa definição pode ser estendida à organização para o acesso ou o manejo de um bem coletivo, e não somente para sua produção. Entende-se por bem coletivo um recurso ou um bem ao qual todos os membros do grupo referido têm acesso livremente. No Nordeste, é o acesso não somente às fontes de água, como açudes e cisternas comunitárias, mas também aos equipamentos coletivos, ao perímetro irrigado, às organizações de produtores. Além dos bens coletivos, pode-se associar à ação coletiva a produção e a gestão de "bens comuns", segundo a formulação de Ostrom & Ostrom (1978), quer dizer, bens coletivos que, por natureza ou por convenção, são associados a uma restrição de uso ou a normas de repartição dentro do grupo.

Existe uma relação entre as formas de ação coletiva e as formas das instituições onde essas ações são definidas e implementadas. Algumas são instituições informais, ainda que os indivíduos reunidos por elas compartilhem um conjunto de regras ou de normas sociais. É o caso das famílias, das comunidades rurais, das redes de proximidade. Outras, são formalizadas num quadro jurídico e constituem organizações de produtores. É o caso das cooperativas e das associações de produtores.

Para estudar a diversidade e o papel das organizações de produtores, a análise da ação coletiva foi considerada a partir do estudo de casos nas comunidades de criadores e agricultores de Massaroca (CE), Nossa Senhora da Glória (SE), Pintadas (BA) e Tauá (CE) e, também, dos perímetros irrigados de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Em cada um desses municípios, diversas formas de ação coletiva e vários tipos de organização dos produtores foram acompanhados durante mais de cinco anos. A título de exemplo, e para ilustrar a análise, alguns casos característicos foram resumidos em quadros inseridos no texto.

Quadro I — A comunidade

Estudos de caso conduzidos em Massaroca, Nossa Senhora da Glória, Pintadas, Tauá, Juazeiro e Petrolina.

A maioria dos agricultores do Nordeste semi-árido está hoje morando em pequenas aldeias chamadas "sítios" ou "comunidades". Essas localidades reúnem produtores que ocupam as terras de uma antiga fazenda dividida, quer por heranças sucessivas, quer por transações. Muitas vezes a comunidade manteve o nome da fazenda de origem. Geralmente, os membros do sítio ou da comunidade são descendentes de um ancestral comum, fundador ou ex-proprietário da fazenda, com o qual mantêm laços de parentesco. Na comunidade de Lagoinha (Massaroca), em 1991, apenas sete pessoas não eram descendentes do ancestral-fundador (Tonneau, 1994). O termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 60-70, pelas Comunidades Eclesiásticas de Base. A comunidade reúne "as famílias que rezam juntas", não

apenas as da religião Católica. A comunidade de Caldeirão do Tibério (Juazeiro-BA), por exemplo, reúne exclusivamente famílias evangélicas. Permaneceu o termo comunidade, mais “moderno” que sítio, na medida em que foi reutilizado pelos programas de “ação comunitária”, implementados pelo Estado durante os anos 80-90.

A “comunidade”, tradicionalmente dirigida por um conselho informal de chefes de família, gerencia o acesso à terra (pastagens comunitárias, práticas de meia), a redistribuição ou o intercâmbio de trabalho (o mutirão, a troca de dias) e a solidariedade interfamiliar, que se manifestam por meio da doação de alimentos ou ajuda sem retorno automático, nos casos de má colheita, acidente ou doença numa das famílias. Essas práticas foram também limitadas pelas secas repetidas dos últimos anos e se reproduzem nos momentos de relativa abundância. É quando são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares no Nordeste (São Gonsalo, São Cristóvão), pelas danças ou “rodas” às quais são convidados vizinhos, amigos e parentes da família que organiza a festa.

A ação desses grupos pode ser considerada em relação ao contexto agroecológico e sócio-econômico regional. A produção na zona semi-árida é submetida a riscos climáticos elevados, associados à irregularidade e à variabilidade extrema das precipitações. A valorização dessa produção ocorre em contexto de incerteza (inflação, dificuldades de acesso ao mercado e à informação sobre preços) e de informação limitada (isolamento, fragmentação da oferta, atomização dos produtores). Finalmente, pode-se afirmar que o desenvolvimento da agricultura familiar acontece num ambiente de dependência sociopolítica dos pequenos produtores: dependência histórica dos grandes proprietários, dos políticos locais, dos intermediários e dos mediadores.

Hipóteses e matriz de análise

Partiu-se da hipótese de que a ação coletiva é construída principalmente por três fases ou modos, diversamente realizados e combinados:

delegação de poder e de responsabilidade, via tutela, às lideranças ou aos dirigentes; aprendizagem coletiva; e regulação, no sentido do estabelecimento de novas regras comuns.

A aprendizagem coletiva, nesse sentido, tem a ver com os conhecimentos "coletivizados" que os indivíduos mobilizam para a ação ou a organização (Midler, 1994). A noção de aprendizagem corresponde, nesse caso, a uma representação da organização que valoriza a experiência e o comportamento dos sujeitos.

As duas primeiras fases apóiam-se sobre processos de coordenação entre atores, isto é, sobre o funcionamento das redes de atores sociais gerenciando fluxos de conhecimentos e de informações. Essas redes, ou seus membros, podem ser levados a posicionar-se, individual ou coletivamente, por meio de conflitos e de alianças, para tomar decisões e atuar. Esses modos de coordenação podem implicar atores confinados ao espaço local como, por exemplo, na aprendizagem e na difusão de tecnologias de produção. Podem, também, integrar intervenções externas para a mobilização de apoios financeiros e informativos, para a negociação dos preços dos produtos etc. Nesse caso, assiste-se ao confronto de atores e de instituições pouco acostumados a encontrar-se e a dialogar, e com expectativas, estratégias e racionalidades diferentes. Ocorre, então, um processo dinâmico de criação no qual sistemas regulados por princípios de justificação diferentes vão confrontar-se e "equilibrar-se", no sentido dado pelos economistas das convenções (Favereau & Thévenot, 1991).

Quadro 2 — O mutirão

Estudos de caso conduzidos em Massaroca, Nossa Senhora da Glória, Pintadas, Tauá, Juazeiro e Petrolina.

O termo designa dois tipos de ajuda mútua : a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas) e os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa). A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do guarani *potyrom* que quer dizer colo-

car a mão na massa. Chamado mutirão no Brasil inteiro, batalhão em Massaroca, boléia ou balaio em outras zonas da Bahia. O balaio é uma unidade de medida de produtos agrícolas numa cesta ou num lençol. Geralmente, a família beneficiária oferecia uma cesta de alimentos aos trabalhadores. Em Pintadas, utiliza-se o termo de "boi roubado" porque, durante a ajuda em sua propriedade, o criador matava um boi. Hoje, ele fornece sobretudo cachaça ou cerveja. Essa prática é associada à festa para motivar uma ajuda recíproca. O número de diárias por família não é contado. A participação de todas as famílias da comunidade é desejada: os homens jovens e adultos para os trabalhos mais duros, as crianças para a limpeza das fontes de água e caldeirões, as mulheres para a raspa da mandioca na farinhada.

A regulação das diversas formas de mutirão é característica da lógica de reciprocidade indígena ou camponesa. Trata-se de compartilhar a força de trabalho. Existe, simultaneamente, solidariedade na produção e na redistribuição igualitária da mão-de-obra no seio da comunidade. Pode existir certa concorrência na "redistribuição" de alimentos ou bebidas entre as famílias. Rivalidades e desafios podem assim expressar-se para o bem de todos. A prodigalidade ou a generosidade confere prestígio e fama que são fontes de autoridade ou de poder nos sistemas econômicos de reciprocidade.

O papel dos modos de regulação é representado pela capacidade dos atores em definir e reconhecer regras na perspectiva de um controle coletivo das dinâmicas em jogo e das situações futuras. Tais modos de regulação permitem ou não garantir a coesão e a permanência das formas de organização. Não são, no entanto, independentes dos modos de coordenação, dos quais resultam parcialmente e que contribuem para modificar. São geralmente traduzidos pela formulação de medidas e de regras consensuais (organização de produtores) ou não consensuais (legislação municipal), explícitas ou não, e pela implementação de mecanismos que permitem verificar sua aplicação.

Os modos de regulação podem ser adquiridos pela transmissão de regras ou de normas sociais (familiares, comunitárias, ancestrais) impostas por quadros jurídicos ou por tutelas externas, ou construídos socialmente, via aprendizagem coletiva. Funcionam essencialmente a partir da aplicação de normas² ou de convenções³, consideradas como quadros comuns que facilitam o acordo entre indivíduos.

Quadro 3 — As redes sociotécnicas de proximidade

Estudos de caso conduzidos em Massaroca, Nossa Senhora da Glória, Pintadas, Tauá, Juazeiro e Petrolina.

O estudo de diversos casos confirma a existência de atividades de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores, por uma parte, e a importância da observação mútua e do diálogo técnico em matéria de inovação agrícola e organizacional, por outra. A adaptação tecnológica e a produção de referências no seio das comunidades e das redes interpessoais contribuem, entre outras coisas, para a comunicação de idéias, informações, práticas e técnicas. As relações interpessoais do diálogo técnico ou de ajuda mútua entre produtores desenham estruturas em rede (Darré, 1996).

As redes de diálogo técnico passam, geralmente, por agricultores “experimentadores” considerados como competentes por seus vizinhos. Em Massaroca, os produtores marcam uma diferença entre competências em matéria de criação e de agricultura (plantação, roça). Os agricultores reconhecem suas práticas de observação dos comportamentos e resultados de uma nova técnica ou variedade, em particular nas propriedades de vizinhos considerados como “capazes, inovadores”. Assim, uma inovação vinda do Peru nos anos 50, por meio dos grandes criadores, a algaroba (*Prosopis juliflora*), teve uma difusão espontânea em Massaroca, via tais relações interpessoais entre agricultores por uma rede de proximidade e de vizinhança, neste caso, supracomunitária.

2 Normas são aqui definidas como modelos culturais e técnicos transmitidos e reproduzidos socialmente.

3 Convenções são definidas como “dispositivos de expectativas recíprocas entre indivíduos que melhoram a eficiência cooperativa dos atores envolvidos” (Hugon, 1995; Requier-Desjardins, 1995).

As referências tradicionalmente “vinculadas” pelos vaqueiros e diaristas são hoje transportadas pelos que mais viajam: dirigentes associativos, duplo-ativos (o que significa esta expressão? autor responde), comerciantes, transportadores e agentes mediadores externos: técnicos, padres e vereadores. As idéias, informações, fatos e objetos técnicos circulam com relativa facilidade por esses canais.

Os processos de construção da ação coletiva

As práticas camponesas de produção e organização nas comunidades são construídas em torno de conhecimentos adquiridos durante a educação e a iniciação dos jovens. Esses conhecimentos constituem normas sociais. Porém, pode-se analisar como aparecem e se estabelecem novas regras coletivas, pela observação dos jogos de atores, particularmente no momento das mudanças técnicas e institucionais. Os processos de organização dos agricultores familiares respondem, de fato, a mecanismos complexos de geração da ação coletiva. É uma prática construída a partir da combinação de três fases sucessivas ou simultâneas: a delegação de responsabilidades, a aprendizagem coletiva e o estabelecimento de novas regras.

Quadro 4 — O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tauá, CE

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) foram criados sob a tutela do estado durante o regime militar e emancipados nos anos 80. Para desviar os sindicatos de sua função de reivindicação, sem ter que proibi-los, o estado transferiu para eles a gestão da assistência médica em meio rural. A nova Constituição (1988) fez a mesma coisa com a administração local da aposentadoria rural. Essa função continua mobilizando os esforços em detrimento da ação sindical.

No caso do Município de Tauá, o STR, consolidado nas lutas agrárias na região dos Inhamuns e na obtenção de melhores condições para meeiros e parceiros, tomou a iniciativa de apoiar a produção

agrícola familiar. Fez votar uma lei agrária municipal em 1990, organizou comissões tecnológicas, grupos de interesse sobre manejo de água, do algodão-mocó e de caprinos, e Fóruns municipais agropecuários. Finalmente, em 1993, coordenou várias intervenções de instituições técnicas públicas e não governamentais para elaborar o Plano de Desenvolvimento Agroecológico Municipal. A partir de 1995, transferiu a administração do plano para os Conselhos e as associações de produtores. Conseguiu participar da administração municipal, elegendo vereadores e indicando o Secretário de Agricultura em 1996.

A delegação de responsabilidades

A delegação de poder e de responsabilidade pelos membros de um grupo está associada, ao mesmo tempo, à noção que possuem sobre a representação de seus interesses coletivos e ao reconhecimento de uma autoridade competente. Essa autoridade "representativa" permanece ainda, muitas vezes, fora do grupo local de produtores. Pode atuar como aliança ou como tutela. Alguns anos atrás, a figura do grande fazendeiro ou do "coronel" local era incontornável. Hoje, existem novas mediações. Pode ser o caso do sindicato, da igreja ou de uma companhia de desenvolvimento, como a Codevasf, no caso dos perímetros irrigados. Observam-se alianças a priori paradoxais: os "colonos" dos perímetros irrigados de Maniçoba e Curaçá (BA), para reivindicar na Codevasf os títulos de propriedade dos seus lotes, chamaram o Movimento dos Sem Terra, melhor preparado para esse tipo de ação que suas próprias organizações. O diálogo com a Codevasf, nesse caso, não foi mais fácil.

Quando a delegação é interna ao grupo, geralmente é associada aos líderes, sejam eles dirigentes eleitos pelas estruturas formais ou pelas autoridades das instituições camponesas. Segundo Olson (1978), a ação coletiva é, muitas vezes, representada por uma "minoria não representativa do grupo", na medida em que a maioria dos membros espera que os outros atuem, de maneira a ter acesso ao bem coletivo sem esforço em caso de sucesso, ou sem correr risco em caso de fracasso. Esse postulado esclare-



ce numerosas situações onde os animadores de operações de desenvolvimento comunitário avaliam fracassos na ausência de uma mobilização majoritária do grupo na base. Contribui, entre outros fatores, para relativizar o paradigma da participação e explicar, em parte, o papel da liderança.

Os líderes são, entre outros fatores, os que têm os meios e a vontade de “correr riscos”, ou boas razões para tal. A ação coletiva depende, muitas vezes, da existência de um núcleo de indivíduos particularmente motivados, ativos e interessados. São os que possuem recursos suficientes e, também, capacidade antecipada para correr riscos, para redistribuir o tempo, as idéias, a riqueza ou a da coletividade. Entre os agricultores, por exemplo, trata-se de um produtor que pode contar com a mão-de-obra familiar, ou que tem como contratar ou chamar alguém para substituí-lo, quando precisa viajar ou participar de reuniões.

Tais características foram encontradas entre os principais dirigentes das comunidades rurais do Nordeste, inclusive nos perímetros irrigados, apesar de ser ainda um fenômeno recente (Noël, 1996). Além da facilidade de falar e do carisma pessoal, que são atributos essenciais das lideranças camponesas, acumulam ainda outras três características: experiência de migração urbana, situação econômica estabilizada (posse de terras, rebanho importante, veículo individual ou pequeno negócio), e posição de intermediário político ou de “cabo eleitoral”.

Para a organização da produção ou da ação coletiva, além de convencer, o líder deve saber reunir recursos, meios e homens. Para captar recursos, opera muitas vezes a conjunção entre carisma do discurso comunitário e interesse individual. Da combinação entre interesse individual de liderança e interesse coletivo podem nascer confusões e serem gerados desvios e corrupção. Desvios para interesses privados em nome do bem coletivo são relativamente tolerados nos pequenos grupos, por duas razões: a função de dirigente associativo não é remunerada e cada um espera poder aproveitar de suas relações de proximidade com o líder, reproduzindo o esquema clientelista nordestino (Sabourin et al., 1996a).

De fato, observa-se ainda, freqüentemente, dois sistemas paralelos de delegação de poder e de responsabilidade: o primeiro funciona por

meio das instituições camponesas e das relações de proximidade e o segundo, via membros eleitos ou cooptados pelas organizações formais dos produtores. Verifica-se uma complementaridade entre instituições camponesas e organizações profissionais dos agricultores (Sabourin et al., 1996a).

Quadro 5 — As cooperativas

Estudos de caso conduzidos em Massaroca, Nossa Senhora da Glória, Pintadas, Tauá, Juazeiro e Petrolina.

As primeiras cooperativas de produtores criadas no Nordeste reuniram grandes ou médios proprietários que conseguiam assim beneficiar-se da ajuda pública. Foi o caso dos produtores de algodão no Sertão Norte, dos produtores de leite do Vale do Jaguaribe ou dos Inhamuns, no Ceará, das zonas de Agreste da Bahia, de Pernambuco ou de Sergipe (Cooperativa Sergipana de Laticínios). Os pequenos produtores conservaram amargas lembranças das cooperativas. Muitas vezes associadas a interesses políticos ou clientelistas, a sistemas de gestão cujo controle sempre lhes escapou e propício ao desvio de fundos. A cooperativa leiteira de Tauá, quase sempre fechada, foi financiada em 1987 pelo Ministro da Irrigação, oriundo deste município. Os agricultores costumam dizer que "cada cooperativa tem dono".

Existem três casos de organização cooperativa entre os produtores familiares das zonas estudadas, sempre impostas ou manejadas por uma tutela externa. Nos projetos irrigados de Bebedouro, Mandacaru e Maniçoba, em Petrolina, e Juazeiro, as cooperativas foram criadas diretamente pela Codevasf. Nos projetos de reforma agrária de Lagoa do Angico, em Petrolina, Lameiro, em Pintadas, ou no Assentamento 2 de Maio, em Madalena (CE), prevaleceu o modelo de organização nacional do MST, nascido no Rio Grande do Sul, com o aval do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-Incra. No distrito de Marruas, em Tauá-Ceará, a Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Inhamuns (Coopepi) foi financiada e administrada por uma ONG estrangeira.

A aprendizagem coletiva

A aprendizagem de “novos saber-fazer” para desenvolver a ação coletiva passa pela criação de um referencial comum, o que coloca o problema dos conhecimentos comuns e das representações comuns ou divergentes. Livet & Thévenot (1994) lembram como esses dois elementos são, muitas vezes, indissociáveis: “Devemos nos perguntar como pode se estabelecer um conhecimento comum, da mesma maneira que nos perguntávamos como se poderia convergir para uma ação coletiva desse tipo”.

No caso de sistemas em mutação, se os conhecimentos comuns não são adquiridos, são construídos. A aprendizagem coletiva passa, geralmente, por um período de alternância entre sucessos e fracassos que permitem criar referências locais. Esse mecanismo pode ser assimilado, em termos coletivos, à racionalidade “processual” ou subjetiva definida por March & Simon (1971), Simon (1975), Sebillotte (1996). Porém, num contexto de circulação de informação bastante difícil, essa construção passa por uma sucessão de experiências, provas “bem-sucedidas”, ou não, e ajustes, antes de levar, não obrigatoriamente, para uma representação comum, mas para a identificação e a qualificação de “sinais” que Livet & Thévenot (1994) chamam de “objetos comuns”. São tantos sinais e indicadores de saber-fazer que emergem “ao longo das experiências e dos desencantos de um indivíduo, ou pelas vicissitudes de uma ação comum na qual várias pessoas devem ajustar suas condutas” (Livet & Thévenot, 1994). Em Massaroca, as negociações das comunidades ou das associações com a administração foram precedidas por uma fase de aprendizagem das “regras” ou, pelo menos, das práticas, das especificidades técnicas e das prioridades de cada instituição. Essas procuras de “marcas” permitiram o estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre produtores e técnicos, superando as fases de rejeição ou de aceitação indiscriminada das propostas externas. São esses objetos, construídos na ação e em referência a uma “história de ação comum”, que permitem a avaliação crítica das inovações, das operações de desenvolvimento ou de intervenção institucional.

A aprendizagem coletiva passa assim, pelo confronto de diversas representações antes do reconhecimento de objetos comuns. Essa nova

representação coletiva mantém, muitas vezes, um caráter e especificidades locais. Diferencia-se, por exemplo, do modelo técnico externo vinculado à extensão rural (Darré, 1985). Nos perímetros irrigados, a questão da tarifação da água ficou alterada porque manteve uma representação de recurso coletivo e gratuito. O pagamento dos serviços imateriais (crédito, capacitação, assistência técnica, aconselhamento de gestão) coloca o problema da representação dos custos. É, em particular, o caso dos custos do trabalho ou do amortecimento para camponeses acostumados a sobreviver graças à sub-remuneração da mão-de-obra familiar (Chayanov, 1966; Ellis, 1978) ou então, a receber tudo do “coronel” ou do estado. As representações podem ser ligadas a práticas anteriores interiorizadas como regras. Os jovens do grupo de artesanato do couro de Massaroca tiveram a experiência dolorosa do fracasso de uma empresa comunitária, sem ter considerado a hipótese da empresa individual, simplesmente porque imaginavam que as instituições somente apoiariam um projeto coletivo.

Quadro 6 — As associações comunitárias de Massaroca, Juazeiro, BA

Foram criadas entre 1983 e 1985, com apoio da Emater-BA e do Instituto de Terras da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária da Bahia, no âmbito de um projeto de legalização das terras de pastagens de uso comum, chamadas “fundo de pasto”. A criação da associação de produtores, estrutura legal de representação do conjunto dos pequenos proprietários e agricultores da comunidade e a demarcação do território coletivo e das parcelas individuais, permitiu a outorgação de títulos de propriedade privada para as parcelas individuais, comunitária e em nome da associação agropastoril, para o fundo de pasto.

A partir de 1989, nove dessas associações do Distrito de Massaroca juntaram-se para criar o Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca (CAAM), órgão de representação e de apoio aos projetos de desenvolvimento dessas comunidades.

O estabelecimento de regras

O estabelecimento de novas regras comuns constitui uma finalização de processos de decisão coletiva construídos e interpretados no decorrer da ação. Esses processos passam, geralmente, pela crítica das fases indicadas anteriormente: crítica da delegação de poder e necessidade de superar a fase experimental de aprendizagem para estabilizar as práticas com regras comuns.

De maneira geral, as regras sobre as quais se apóiam os atores respondem a três principais características (Favereau, 1994). Primeiro, são respostas a questões práticas: como proceder para utilizar coletivamente o trator e satisfazer a maioria, quando vários agricultores precisam da máquina ao mesmo tempo? Como amortecer esse investimento coletivo, se durante a maior parte do ano os membros do grupo não precisam dele? O plano de uso prioritário do trator, a prestação de serviços a terceiros dependem do reconhecimento de novas regras. Segundo, as regras constituem modelos a serem validados: a conformidade nunca é automática. Favereau (1994) lembra que a regra "não é uma solução pronta, mas um processo de investigação e adaptação". Existe certa flexibilidade na interpretação dos estatutos ou regulamento das associações, em particular para as eleições da diretoria. Existem, também, tentativas de transgressão das regras pelos indivíduos. Certos agricultores de Massaroca esforçaram-se para não ressarcir as prestações do crédito associativo, ou para adiar os prazos. Terceiro, as regras são ferramentas que aumentam a capacidade de ação individual. No caso do crédito em Massaroca, ou por meio dos grupos em Pintadas, a adaptação e o respeito às novas regras permitiram o acesso ao financiamento, ao investimento e à inovação técnica, impossíveis no marco do crédito bancário oficial. Mas deve ser considerado o caso dos bens comuns, como os "fundos de pasto" de Massaroca, para os quais as novas regras tendem a restringir os direitos de uso individual apenas aos membros da associação (Sabourin et al., 1997).

A construção social das regras consiste em negociar mecanismos de funcionamento e, sobretudo, de reprodução do sistema, e desencadeia a intervenção de elementos e atores locais e também externos. Não se reali-

za sem conflitos entre líderes e técnicos, entre jovens e velhos, agricultores e criadores, homens e mulheres. No seio do microcosmo local, entre parentes, vizinhos e primos existe, às vezes, uma dramatização excessiva. Toda crise é assim, facilmente interpretada como um drama pelos técnicos ou observadores externos quando, muitas vezes, trata-se apenas da socialização de um conflito, de uma negociação e, por vezes, de um processo de "harmonização de regras" (Favereau & Thévenot, 1991). Segundo Livet & Thévenot (1994), "as regras são procedimentos de tratamento dos conflitos de interpretação, quer dizer, de revisão dos quadros da ação coletiva e não fatores determinantes da ação imediata". A noção de regra está associada à capacidade de antecipação dos atores que depende, por sua vez, do reconhecimento e da qualificação de "sinais" ou "marcas". A validação coletiva de objetos comuns os transforma (Livet & Thévenot, 1994) em "objetos convencionais" (que têm o papel de convenções): estatuto da associação, plano de trabalho do trator, regulamento interno da cooperativa, projeto de desenvolvimento local do distrito ou do município.

A dinâmica de formulação de regras deve também levar em conta o conjunto de antecipações e de representações cruzadas dos diversos atores, pelas quais cada um tenta assegurar-se das intenções do outro e verificar as expectativas recíprocas. É quando aparece a "harmonização das regras", ou seja, "compromissos entre regras oriundas de princípios de justificação diferentes, que levam a situações em que coexistem vários sistemas de regras" (Requiers-Desjardin, 1995). Por exemplo, a gestão do trator associativo, em Massaroca, associa regras mercantis (venda de serviços) e domésticas (preferência dada aos agricultores membros do Comitê de Associações, prioridade para as famílias com pouca mão-de-obra).

Os projetos coletivos são construídos, portanto, no quadro de negociações permanentes. Essa negociação não pode ser desprezada ou subavaliada, porque contribui para o estabelecimento de acordos consensuais ou majoritários e para uma apropriação comum dos objetos e das referências associados à ação coletiva. Em Curaçá, o processo de negociação deu, finalmente, lugar à coabitação de vários organismos de administração do perímetro: distrito, cooperativa e associações, obrigados a compor e a

coexistir. Tecnicamente, o manejo do perímetro ficou mais complexo e, talvez, mais caro. Ao menos, a administração da água tornou-se social e praticamente possível, eliminando o conflito permanente. Cada um dos grupos de atores coordena-se a partir de suas próprias representações e relações de proximidade ou de comunidade (no sentido socioprofissional). Mas o diálogo entre organizações no seio do perímetro ocorre em torno de um mínimo de práticas que assumem o papel de objetos comuns ou convencionais: existência de obras prioritárias (manutenção dos canais e das comportas), ou o reconhecimento da taxa de amortização paga à Codevasf.

Quadro 7 — As associações de produtores das comunidades de Nossa Senhora da Glória, SE

De acordo com os técnicos da Emdagro (ex-Emater-SE), a maioria das associações de produtores do Município foram criadas entre 1980 e 1990, por meio dos projetos especiais: projeto Nordeste, projeto Sertanejo e Papp, sob a tutela dos políticos locais e com o apoio da administração estadual. Quando existiam vários políticos de peso no município ou na comunidade (deputado, vereador etc.), além do prefeito, foram criadas várias associações. A principal regra, na ocasião, foi a da presença de um “cabo eleitoral”. Com essa dinâmica, mesmo que ocorressem casos de recuperação do controle da organização pelos produtores, foram geradas novas formas de clientelismo e de assistencialismo e, sobretudo, projetos e ações espetaculares e bem visíveis, mas pouco adaptados: casas de farinha mecanizadas (em locais onde não se cultiva mais a mandioca), oficinas de costura, cisternas comunitárias com lonas de PVC etc.

De fato a maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: necessidade dos sítios e comunidades de se dotarem de representações jurídicas, intervenção de atores externos como Igreja, ONG, extensão, projetos públicos, e existência de apoios e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (subvenções e créditos públicos em caso de secas).

Essas organizações formais de direito civil foram fundadas por adesão voluntária. Muitas vezes, os "sócios" da associação são também membros da comunidade. Os atores permanecem os mesmos, mas em torno de um objetivo coletivo diferente, geralmente de caráter voluntarioso e econômico.

Um processo iterativo

As três fases de construção da ação coletiva foram aqui apresentadas separadamente e usando o termo "etapa". O processo é dinâmico e, muitas vezes, iniciado pela delegação de responsabilidades a terceiros ou a lideranças locais, integra os efeitos de intervenções externas ou de mudanças de contexto pela aprendizagem coletiva, e pode dar lugar ao estabelecimento ou à reformulação de regras comuns.

Mas esse processo não é nem linear nem seqüencial, pois sempre permanece a delegação de poder, mesmo no seio de uma organização burocratizada e regulamentada. A aprendizagem coletiva é contínua, indissociável de toda ação coletiva. Da mesma maneira, as reações contra as "antigas" regras ou as críticas das normas existentes levam a novos fenômenos de regulação, que aparecem também em razão das transformações do contexto, do acesso à informação ou da anomia (ausência de regras de organização) própria a qualquer sistema de normas. Se existe um processo, este é cíclico e iterativo.

Cadeias de Evolução das Formas de Organização

Paralelamente às dinâmicas de ação coletiva, podem ser encontradas cadeias de evolução das instituições de produtores, que correspondem a processos de formalização das organizações, de diversificação das atividades, de representação pública e de conquista de autonomia por parte das comunidades rurais. Os principais "motores" dessas evoluções serão examinados tentando identificar os degraus que marcam a passagem de uma fase para a outra.

Formalização e profissionalização das organizações

A formalização das organizações de produtores, além da dinâmica endógena de inovação institucional e técnica, da aprendizagem de novos “estatutos” e da regulação analisadas anteriormente, tem a ver com dois fatores principais. Primeiro, existe a necessidade crescente de interfaces jurídicas com a sociedade nacional (acesso aos financiamentos e ao apoio institucional, escola etc.). Em um contexto novo e conflituoso de acesso aos recursos, tais articulações tornam-se necessárias também para legitimar práticas camponesas de reciprocidade ou normas sociais ancestrais como o mutirão, as pastagens comuns (fundo de pasto), ou o manejo da água (açudes, cisternas).

As funções de reivindicação ou de negociação das instituições camponesas não desaparecem durante essas evoluções. A habilidade dos responsáveis do Comitê de Massaroca é de saber jogar com a ambigüidade entre “moderno e tradicional”, isto é, “comunidade camponesa/associação formal” para captar apoios diversos. Da comunidade e das relações de proximidade, das alianças individuais, dos apadrinhamentos políticos e das redes familiares nasce o acesso às redistribuições políticas estaduais e federais, por exemplo, durante as grandes secas. A associação moderna e legalizada assume a representação formal, facilitando o acesso a créditos subsidiados via relações com as instituições de apoio ao desenvolvimento (Sabourin et al., 1996b).

A segunda interface tem a ver com o acesso a mercados diversificados, segmentados, cada vez mais específicos e com as novas exigências em termos de apresentação e de qualidade dos produtos, impostos pela globalização. Nos perímetros irrigados, observa-se uma rejeição das cooperativas pelos “colonos” e a recomposição de estruturas de ajuda mútua para a comercialização ou o processamento de frutas, via pequenos grupos de proximidade. Mas, para tornar essas experiências perenes e para poder ter acesso aos financiamentos e aos mercados nacionais (Ceasa), os produtores chegam quase sempre a criar de novo associações ou cooperativas. Porém, diferentemente do modelo anterior, essas não são mais impostas por tutelas (Sabourin et al., 1998).

Ocorre, também, a criação e a validação de novos estatutos fixados pela institucionalização progressiva das formas de ação coletiva. Trata-se aqui de uma das diferenças entre associação e comunidade, entre cooperativa e mutirão, entre adesão via contrato e integração social, entre presidente eleito e líder comunitário, entre secretário do conselho de vigilância e patriarca do sítio.

Se a transição para a legalização ou a formalização jurídica das organizações constitui o primeiro degrau da evolução, sua profissionalização revela-se também como um indicador importante, porém, mais difícil de identificar. Pode-se, portanto, falar de organizações profissionais agropecuárias na medida em que caracterizam uma "profissionalização" dos camponeses, por meio de "estatutos" de produtores familiares. As atividades dessas organizações estão mais especificamente ligadas às novas funções da profissão de agricultor ou à introdução das inovações. Portanto, independentemente da influência externa ou do uso de modelos fixados pela legislação (associação civil, cooperativa etc.), necessitam de novas regras na medida em que troca-se de "mundo" ou de princípio de justificação (Boltanski & Thévenot, 1991). O mutirão é uma instituição camponesa do mundo doméstico marcada pela divisão entre sexos, a gerontocracia e a reciprocidade simétrica ou igualitária, suas regras não têm nada a ver com o novo sistema de contabilidade das prestações de trabalho do motorista do caminhão ou de serviços do trator, ditadas pela necessidade de amortização do equipamento, ou pela legislação trabalhista, isto é, por regulações industriais e mercantis.

Quadro 8 — O Centro Comunitário de Serviços de Pintadas, BA

Criado em 1989 pelos pequenos produtores do Município foi, desde o início, concebido para federar trinta grupos de vizinhos e associações comunitárias, de maneira a montar um projeto de desenvolvimento rural para a área rural do município.

O Centro possui um estatuto de associação civil, é dirigido por uma diretoria eleita para dois anos e por um conselho de vigilância. Essa diretoria tem a responsabilidade de administrar o "Projeto Pintadas". Organizado a partir de um crédito subsidiado inicial do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Projeto possui três eixos: fixação da população rural com recursos hídricos e atividades agropecuárias, consolidação da pecuária com cultivos forrageiros e recursos hídricos, e assistência técnica e formação de adultos e jovens rurais (criação de uma Escola Familiar Agrícola).

Desde 1997, o Centro participa da administração municipal, tendo sido absorvido pela Secretaria de Agricultura do Município.

Diversificação das atividades e especialização das funções

A profissão de agricultor ou de criador evolui e o contexto sócio-econômico também. As instituições camponesas estabelecidas essencialmente em torno da redistribuição do acesso aos fatores de produção (terras, trabalho e técnicas) não permitem mais responder ao conjunto de exigências da atividade agropecuária e aos processos de intervenção dos poderes públicos. As novas formas de organização devem, portanto, responder a novas funções: defesa dos interesses profissionais e gestão da aposentadoria para os sindicatos, abastecimento de insumos e comercialização de produtos para as cooperativas, acesso aos financiamentos e administração de equipamentos coletivos, no caso das associações.

As nove associações e o Comitê de Massaroca sustentam, desde 1990, um projeto de desenvolvimento local que, depois de dar apoio à pecuária e aos recursos hídricos, investiu nos setores da educação e saúde de base e interessa-se, hoje, pela transformação da produção. A diretoria do Comitê que dirige diretamente o conjunto do projeto local teve que aceitar progressivamente a criação de novas estruturas para administrar áreas específicas. Certos grupos de interesse temáticos transformaram-se em comissões permanentes para a educação, a gestão dos equipamentos coletivos, o crédito e o projeto de irrigação. A organização, no seio da escola primária da comunidade de Lagoinha, do ciclo complementar e de atividades de educação permanente, levou à criação do Centro de Formação Rural de Massaroca (Sabourin et al., 1996b). A diversificação das atividades foi assim associada à multiplicação das instituições e, portanto, dos centros de poder. A responsável por uma escola primária isolada não

tem muito peso face ao Presidente do Comitê, porém o mesmo não ocorre com o Diretor do Centro de Formação Rural, nomeado pelo Prefeito, ou com o chefe do Projeto de Saúde de Base.

Da mesma maneira, no final do regime militar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais constituía a única forma de organização com representação municipal. A tendência foi criar associações específicas de apoio à produção. Paralelamente à diversificação das atividades, observou-se um processo de especialização das funções das organizações de produtores. É o caso das cooperativas de colonos, centradas em funções de abastecimento e de comercialização, e dos distritos de irrigação, criados para assumir o manejo da água e dos perímetros. Um segundo degrau, associado à diversificação, poderia ser o da "divisão" ou desdobramento das organizações, que gerariam novas estruturas mais especializadas e novos "estatutos".

A autonomia e os processos de representação dos produtores

Uma das novas funções do processo de organização dos produtores familiares está relacionada a seu posicionamento político e institucional em matéria de desenvolvimento local e regional. O fenômeno determina a polarização de suas relações com o exterior. Encontra-se associado à necessidade de uma representação socioprofissional dos pequenos agricultores e das comunidades, já que não existe escala administrativa abaixo do município. Além disso, a implementação da descentralização administrativa, a partir da Constituição de 1988, criou novas exigências de representação das comunidades rurais.

Uma das estratégias das organizações de produtores, marcada pela dinâmica de união das associações comunitárias para mobilizar mais forças, pode ser representada pela reunião de grupos de base em federações: Comitê no Distrito de Massaroca, Conselho ou Central municipal, em Tauá e Pintadas. Esses mecanismos reproduzem-se em outras regiões, nas mesmas escalas, como em Silvânia (GO), nos Cerrados, e em Altamira (PA), na Amazônia (Bonnal et al., 1994; Castellanet & Salgado, 1997).

O Comitê de Massaroca nunca aumentou o número de associações membros, para não ter que dividir os recursos duramente conquistados. Durante vários anos, não preocupou-se em negociar alianças ou cooperações com outras organizações de produtores na escala do Município de Juazeiro (Sabourin et al., 1996a). Examinando o processo a partir dos anos 70, verificou-se uma evolução clara: a gestão comum do “fundo de pasto” deu lugar à criação da associação comunitária (83-85); nove associações locais federaram-se e criaram o Comitê (89), que integra as associações mas pouco participa da Unidade de Planejamento Agropecuário do Município de Juazeiro, organizada em 1990. A partir de 1997, o Comitê começou a negociar projetos de processamento dos produtos locais com as federações de municípios vizinhos de Jaguarari e Tauá (Sabourin, 1998).

Para outras experiências como as de Pintadas ou de Tauá, nascidas diretamente nos municípios e associadas ao movimento sindical estruturado nas escalas estaduais e federal, a lógica federativa era mais familiar. Isso explica o papel decisivo do STR de Tauá na Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará e a filiação do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas a diversas estruturas regionais : Central de Informação aos Agricultores da Bahia, Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste da Bahia.

Essas organizações federativas posicionaram-se em matéria de política de desenvolvimento. Em um município grande e polarizado por uma cidade média como Juazeiro, tratou-se do desenvolvimento do distrito ou da pequena região. Em Pintadas e Tauá, as organizações de pequenos produtores, após várias derrotas eleitorais na conquista da prefeitura pelo sindicato e Partido dos Trabalhadores, conseguiram finalmente a gestão do poder municipal nas últimas eleições graças a alianças negociadas na base de projetos de desenvolvimento da agricultura ou da pecuária. Essas evoluções mostram uma real conquista de autonomia por parte dos produtores familiares e das suas organizações. Esse gradiente de autonomia constituiu o terceiro degrau nos processos de transição.

Conclusão: um Modelo de Evolução das Instituições Camponesas

As formas de organização têm evoluído rapidamente procurando aproveitar, quando aparecem, as novas possibilidades de apoio externo, ou tentando trazer soluções a problemas vividos individualmente e/ou coletivamente. A emergência rápida de uma nova forma de organização - a associação - e os sucessos reais que encontrou deixam, talvez, visualizar também, desvios possíveis quando existe abuso da barganha. A organização poderia tornar-se uma forma institucional de *lobbying* (ato de praticar o *lobby*, isto é, exercício de influência, pressão e persuasão para obter atitude favorável em relação a um indivíduo ou instituição, de modo a efetivar um voto legislativo ou uma posição administrativa), esvaziada do sentido prático, sem relação direta com a realidade, como se os projetos coletivos passassem a ser concebidos a distância. A adaptação permanente de um projeto coletivo de desenvolvimento constitui o centro dessas evoluções.

Os elementos e as características anteriormente apresentados permitem formular a configuração de um modelo de organização associando uma estrutura federativa do tipo "planejadora" e estruturas de gestão descentralizadas. É o papel do Comitê de Massaroca e de seus dirigentes ao manter uma visão ampla e política da situação para saber captar as informações, os recursos necessários, as referências novas, e para intermediar as alianças. Às comissões setoriais, às associações locais e aos grupos de interesse e de produção competem as funções de manejo das ações coletivas e de gestão dos bens comuns, a negociação ou a articulação com as ações individuais. Em Pintadas, o mesmo esquema é encontrado em vários níveis. O Centro Comunitário de Serviços federa, na escala municipal, de vinte a trinta grupos ou associações de base. O Sindicato Municipal de Tauá repassou a função de gestão dos projetos e financiamentos a uma associação de desenvolvimento comunitário, a Adec, e às associações locais.

Assim, a realização e a combinação diversificada das três fases de construção da ação coletiva identificadas dão lugar a várias formas de

estruturação dos produtores, correspondendo a diversas funções e a diferentes níveis de organização. Pode-se atribuir a cada uma dessas formas uma capacidade de coordenação e de regulação fundada nos comportamentos dos atores e nos fenômenos externos que produzem. Essa capacidade de organização e de regulação traduz-se pela constituição de uma cultura técnica específica no sentido definido por Maillat (1994) como “a elaboração, a transmissão e o acúmulo de práticas, saberes e saber-fazer, normas e valores associados a uma atividade econômica”.

Porém, existem funções ainda dificilmente assumidas pelas organizações de produtores familiares, seja por falta de experiência, de meios, de *competência ou de estruturas adequadas mas, também, por falta de oportunidades*. É, por exemplo, o caso da difusão e da validação técnica ou da articulação entre ação pública e ação individual. São temas que continuam colocando diversos problemas, entre outros de comunicação, apesar da diversificação e da emergência de novos atores locais em matéria de extensão rural.

Referências Bibliográficas

- AMMAN, S.B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985. 176p.
- BARROS, E.; SABOURIN, E.; PERES, G.I.; CARON, P. Associações de produtores, uma alternativa de convivência com o semi-árido: a experiência de Massaroca (Juazeiro-BA). In: ENCONTRO APIPSA, 18., Campina Grande, Brasil, nov. 1996. 15p.
- BERTHOMÉ, J.; MERCOIRET, M.R. *Etats désengagés, paysans engagés*. Paris: Cirad, Fph, 1997. 189p.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification*. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard 1991.
- BONNAL, P.; CHAIB FILHO, H.; MADEIRA NETO, J.S.; PANIAGO Jr., E.; SANTOS, M.A. de; SOUZA, G.L.C. de; SPERRY, S.; ZOBY, J.L.F. *Síntese do projeto Silvânia (1986-1994)*. Documento preparatório à avaliação. Planaltina: Cirad-SAR, Embrapa-CPAC, Prefeitura Silvânia, 1994. 86p.
- CASTELLANET, C.; SALGADO, I. Pesquisa participativa e planificação local dos recursos naturais: o caso de Uruará na Transamazônica. In: SEMINÁRIO “CONSTRUÇÃO LOCAL DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA ORIENTAL”, 1997. Marabá: [s.n.], 1997. 18p.

- CHAYANOV, A.V. *The theory of peasant economy*. Irwin: Homewood, 1966. 317p.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système*. Paris: Le Seuil, 1977. 500p.
- DARRE, J.P. *La parole et la technique*. L'univers de pensée des éleveurs du Ternois. Paris: L'Harmattan, 1985. 196p.
- DARRE, J.P. *L'invention des pratiques dans l'agriculture*. Paris: Karthala, 1996. 194p.
- ELLIS, F. *Peasant economics*. Farm households and agrarian development. Cambridge, Inglaterra: The Cambridge University Press, 1978. 309p.
- FAVEREAU, O. Règle, organisation et apprentissage collectif : un paradigme non standard pour trois théories hétérodoxes. In: ORLÉAN, A., ed. *Analyse Economique des Conventions*. Paris: PUF, 1994. p.115-137.
- FAVEREAU, O.; THÉVENOT, L. *Réflexions sur une notion d'équilibre utilisable dans une économie de marchés et d'organisations, ronéo*. Paris: Ermes/Ehes, 1991.
- HUGON, P. Les petites entreprises africaines au regard de l'analyse institutionnaliste. In: COLLOQUE PETITES ENTREPRISES AGROALIMENTAIRES, 1995. Montpellier: Cirad, 1995. 19p.
- LIVET, P. ; THEVENOT, L. Les catégories de l'action collective, In: ORLÉAN, A., ed. *Analyse Economique des Conventions*. Paris: PUF, 1994. p.139-167.
- MAILLAT, D. Comportements spatiaux et milieux innovateurs. In : ENCYCLOPÉDIE d'économie spatiale, concepts, comportements, organization. 1994. p.255-262.
- MARCH, J.G.; SIMON, H.A. *Les organisations*. Paris: Dunod, 1971. 254p.
- MIDLER, C. Evolution des règles de gestion et processus d'apprentissage In: ORLÉAN, A., ed. *Analyse Economique des Conventions*. Paris: PUF, 1994. p.335-369.
- NOËL, A. *Analyse des processus de constructions organisationnelles par des acteurs en situation d'apprentissage, pour la gestion des structures hydrauliques des périmètres irrigués du Nordeste brésilien*. Etat d'avancement de la Thèse. Montpellier: CERTOP, CIRAD-SAR, 1996.24p.
- OLSON, M. *Logique de l'action collective*. Paris: PUF, 1978. 199p.
- OSTROM, V.; OSTROM, E. Public goods and public choices. In: SAVAS, E.S., ed. *Alternatives for Delivering Public Service: Toward Improved Performance*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1978. p.7-49.
- PECQUEUR, B. Territorialisation et qualification territoriale: le produit et le producteur. In: SÉMINAIRE QUALIFICATION DES PRODUITS ET DES TERRITOIRES, 1995, Toulouse, 1995. 18p.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Marché, organisations, "équilibre des règles": propositions pour une méthodologie d'approche des agro-industries rurales dans les pays en voie de développement. In: COLLOQUE PETITES ENTREPRISES AGROALIMENTAIRES, 1995, Montpellier, 1995. 10p.

- REYNAUD, J.D. *Les règles du jeu. L'action collective et la régulation sociale*. Paris: Armand Colin, 1993. 306p.
- SABOURIN, E. *Appui au développement de l'Agriculture Familiale dans le Nordeste Semi-Aride, Rapport de synthèse 1993-1997*. Montpellier: MAE-CIRAD, 1998. 45p.
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J.P.; CARON, P. Seu Néné, leader paysan à Massaroca (Bahia, Brésil): une trajectoire Nordestine. *Cahiers de l'APAD (Association Euro-Africaine pour l'Anthropologie du Changement Social et du Développement)*, Bulletin Stuttgart, n. 1, p.102-107, mai 1996a.
- SABOURIN, E.; TONNEAU, J.P.; CARON, P. Farmer's organizations and access to innovations: pathways of socio-economic change in Massaroca (Bahia State, Brazil). In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE FARMING SYSTEMS, AFSR/E, 14., 1996, Colombo, Sri Lanka. Colombo, Sri Lanka, 1996b. 15p.
- SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, C.G. da. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement*, Montpellier, n.42, p.5-27, 1997.
- SABOURIN, E.; MARINOZZI, G. ; BAINVILLE, S.; CERDAN, C. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira : dois casos de coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA DAS INSTITUIÇÕES, 1., 1998, São Paulo. São Paulo, 1998.
- SEBILLOTTE, M. Recherches-Système et action. In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL SUR LES RECHERCHES SYSTÈME EN AGRICULTURE ET DÉVELOPPEMENT RURAL, 1994. *Conférences et débats*. Montpellier: [s.n.], 1996.
- SIMON, H.A. *Administration et processus de décision*. Paris: Economica, 1975. 322p.
- TONNEAU, J.P. *Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil*. Paris: Universidade de Paris, 1994. 297p. Tese de Doutorado.
- TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. Experimentação e validação de tecnologias em meio real: a experiência das comunidades de Massaroca (Juazeiro-BA). In: APIPSA ENCONTRO REGIONAL NORDESTE, 4., 1997, Recife. Recife, 1997.